

A ESTRATÉGIA DA TURQUIA FRENTE AO ESTADO ISLÂMICO: ENTRE A PERCEPÇÃO GOVERNAMENTAL DE AMEAÇA E A RELAÇÃO COM A OTAN

Willian Moraes Roberto

Vínculo Institucional: Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP - UNICAMP - PUC-SP)

Resumo:

A Turquia é um país que tem despontado como importante ator regional, sobretudo diante da guerra da Síria e da ascensão do Estado Islâmico (EI). Esse grupo tornou-se o principal alvo do governo dos Estados Unidos, que, em 2014, montou uma coalizão para combatê-lo – e a Turquia, membro da OTAN, entretanto, recusou-se a participar. Diante desses fatos, este artigo busca investigar qual foi a estratégia turca frente ao EI, e seus impactos para a região e para a relação do país com a OTAN. Argumenta-se que, devido aos problemas internos com os curdos, a ameaça imediata percebida pelo governo turco não era proveniente do EI, mas sim das unidades curdas autônomas da Síria (PYD/YPG). A ambiguidade turca gerou tensionamento com o Ocidente, com a Turquia apenas declarando guerra ao EI quando também reiniciou o conflito armado com o PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão), em julho de 2015.

Palavras-chaves:

Turquia, Estado Islâmico, Curdos, OTAN, Síria.

1. Introdução

Localizada em um ponto geoestrategicamente central entre o continente europeu e o Oriente Médio, a Turquia tem sido historicamente um ator relevante no cenário internacional. Herdeira do Império Otomano, a República Turca, desde 1923, aproximou-se dos países ocidentais e, durante a Guerra Fria, tornou-se membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a aliança militar ocidental. O alinhamento preferencial com o Ocidente fez com que, durante esse período, a Turquia majoritariamente adotasse uma política externa que se abstinha de envolver-se na região do Oriente Médio (Fuller, 2008; Kinzer, 2008). Foi somente com a chegada do Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP), que a postura externa da Turquia passaria por importantes mudanças, efetivamente redefinindo seu papel no Oriente Médio – a partir de então marcado pela doutrina “Zero Problemas com Vizinhos” (Fuller, 2008; Davutoğlu, 2007; Kinzer, 2008).

Entretanto, a partir de 2011, com a eclosão das revoltas árabes no Oriente Médio, tanto a região quanto a política externa turca passaram por importantes transformações. Na esteira dos protestos em diversos países, a Síria envolveu-se em uma situação de instabilidade interna que gradualmente internacionalizou-se graças a intervenções estrangeiras. Um dos principais atores responsáveis por isso foi a Turquia, que se tornou parte fundamental do conflito. O país, que até então vinha aproximando-se do Oriente Médio de maneira cautelosa, passou a destacar-se por sua assertividade, sobretudo nesse conflito (Robins, 2013).

Com o passar do tempo, o governo de Bashar al-Assad não foi derrubado e o conflito sírio foi marcado pela proliferação de grupos extremistas islâmicos, como a Frente al-Nusra, ligada à al-Qaeda. Além disso, obtiveram autonomia as comunidades curdas no norte sírio, representadas pelo Partido da União Democrática (PYD) – o qual a Turquia considera ligado ao Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), grupo turco curdo considerado terrorista

por Ancara e Washington (Lawson, 2014). A radicalização do conflito teve seu ápice em 2014, com a ascensão do autodeclarado Estado Islâmico (EI), evento que foi um divisor de águas para a Síria: desde então, a luta contra esse grupo tornou-se o principal objetivo do governo dos Estados Unidos, reticente em intervir diretamente contra Assad (Cockburn, 2015).

A Turquia, graças a seu envolvimento na Síria, foi chamada pela OTAN a juntar-se à coalizão montada pelos Estados Unidos a partir de agosto de 2014. Entretanto, o governo turco não apenas negou-se a participar da iniciativa como passou a se opor à parceria emergente entre os Estados Unidos e as unidades curdas sírias, que também enfrentavam o grupo radical. Assim, a aliança entre Washington e Ancara começava a se tensionar (Park, 2015; Cockburn, 2015).

Diante desses fatos, esse artigo busca investigar a estratégia turca frente ao EI bem como seus impactos para a região e para a relação do país com a OTAN. Norteando o trabalho, tem-se a seguinte pergunta de pesquisa: Por que a Turquia demorou para engajar-se na luta direta contra o EI e qual foi sua estratégia desde então?

Quatro hipóteses, uma principal e três auxiliares, serão verificadas. Como hipótese principal, argumenta-se que a Turquia demorou para engajar-se na luta direta contra o EI porque a percepção governamental de ameaça imediata não era proveniente desse grupo, mas sim das unidades curdas autônomas da Síria (PYD), o que conseqüentemente levou-a a adotar uma estratégia ambígua frente ao EI e de demora em combatê-lo. A primeira hipótese auxiliar argumenta que tal percepção de ameaça do governo turco era diferente daquela dos membros da OTAN, o que fez com que a ambigüidade turca gerasse tensionamento nessa relação. Como segunda hipótese auxiliar, tem-se que o governo turco apenas decidiu declarar guerra ao EI no momento em que também reiniciou o conflito armado interno com o PKK, em julho de 2015, e isso se deveu porque o partido do governo sofrera dura derrota nas eleições domésticas, passando a utilizar-se de um tom

nacionalista e de uma guerra contra dois declarados inimigos para recuperar posição interna. Por fim, a terceira hipótese auxiliar argumenta que, mesmo declarando guerra a ambos os grupos, EI e PKK, o governo turco seguiu percebendo os curdos como sua principal ameaça, o que levou o país a usar investidas terrestres contra o EI na Síria somente quando houve avanços significativos do PYD neste território.

2. As bases da política externa turca, o governo AKP e a inflexão frente às revoltas árabes

A atuação externa da Turquia foi historicamente influenciada pelo processo de formação do Estado turco. De acordo com Huntington (1996), a Turquia se encaixaria na classificação de “país dilacerado” (torn country) – aquele cuja sociedade tem uma cultura específica, que segundo as classificações do autor a ligaria com uma civilização em particular, mas cuja elite almeja transformá-la em uma outra civilização. No caso turco, o país poderia ser analisado a partir da divisão entre suas elites governantes, que, em geral, teriam historicamente procurado transformar o país em parte da civilização ocidental, e uma sociedade com forte vinculação com a civilização islâmica, dado o legado do Império Otomano (Huntington, 1996).

Essa tensão identitária teria suas raízes após a derrota Otomana na Primeira Guerra Mundial e o subsequente processo de construção nacional liderado por Mustafá Kemal “Atatürk”, “o pai dos turcos”, conforme o título dado a ele pela Assembleia Nacional do país. O objetivo de Atatürk era “modernizar” a Turquia aos moldes dos Estados-nação europeus. O novo país deveria, assim, abandonar seu passado islâmico e Otomano, implementar o secularismo e criar uma nação turca, etnicamente homogênea (Cleveland; Button, 2009; Ahmad, 1993).

Entretanto, esse processo de construção estatal acabou sendo realizado de maneira autoritária, o que ocasionou tensões sociais futuras para a Turquia. De acordo com Fuller (2008), seriam três problemas estruturais gerados,

com efeito para a política externa turca. O primeiro deles seria um legado de autoritarismo, uma “tutela militar” (Kuru, 2012) por parte das elites Kemalistas, ligadas aos militares. Por se considerarem herdeiros do legado de Kemal, esses historicamente interferiram na vida política do país, resultando em golpes militares em 1960, 1971, 1980 e 1997 (Kuru, 2012; Fuller, 2008). Já o segundo problema foi a construção da percepção do Islã, e partidos islâmicos, como ameaças, devido ao extremo secularismo das elites Kemalistas, o que acabou alienando grandes setores mais religiosos da população turca (Fuller, 2008; Kinzer, 2008).

O terceiro problema está relacionado à exclusão e supressão das identidades étnicas não turcas, principalmente os curdos, que compõe quase 20% da população da Turquia, ou 15 milhões de pessoas, mas que não foram constitucionalmente reconhecidos como tal – o que implicou, por exemplo, no não reconhecimento de qualquer vestígio cultural ou linguístico curdo. Tal questão evoluiu ao ponto de se tornar um problema securitário com o surgimento do PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão), em 1978, que iniciou uma revolta armada em 1984. A despeito do líder do PKK, Abdullah Öcalan, ter sido preso em 1999, o PKK ainda mantém bases no Curdistão iraquiano e demanda, agora, autonomia em relação ao governo central em Ancara (Fuller, 2008; Barkey; Fuller, 1998).

A preponderância das elites Kemalistas sobre a política garantiu que, na Guerra Fria, o país privilegiasse as alianças com o mundo ocidental ao mesmo tempo em que primava por não se envolver com o Oriente Médio. Somente com a ascensão do AKP ao governo turco, no final de 2002, que a Turquia efetivamente deu início a um processo de redefinição do seu papel no Oriente Médio (Robins, 2013; Davutoğlu, 2007). De fato, com a chegada do AKP ao poder e a ascensão de Recep Tayyip Erdoğan ao posto de Primeiro-Ministro, ocorreram importantes transformações no âmbito doméstico e na atuação internacional do país.

No âmbito doméstico, o partido foi responsável por extinguir a tutela dos militares sobre a política a fim de evitar novos golpes e também por procurar mostrar a compatibilidade entre os conceitos de democracia e islamismo – procurando resolver dois dos problemas estruturais da sociedade turca (Robins, 2013; Kinzer, 2008). No âmbito da política externa, o governo AKP reorientou a postura do país no Oriente Médio. A nova atuação internacional turca era guiada pela ideia de tornar a Turquia um “Estado Central” com “Profundidade Estratégica”. Segundo Davutoğlu (2008), um Estado Central seria aquele que, por conter múltiplas identidades regionais – europeia e oriental –, deveria manobrar de forma ativa em várias regiões simultaneamente, com uma ação externa ativa e criativa, promovendo iniciativas diplomáticas.

Isso significava, na prática, que a Turquia finalmente deveria envolver-se com o Oriente Médio. A política externa para essa região pautar-se-ia pela doutrina dos “Zero Problemas com Vizinhos”. A Turquia agiria como provedora de ordem, estabilidade e segurança em seu entorno ao engajar-se pragmaticamente com todos os atores possíveis, incentivando o uso da diplomacia para resolução de conflitos e o aprofundamento das relações econômicas (Davutoğlu, 2007).

Entretanto, esse processo de reaproximação da Turquia com o Oriente Médio sofreu um forte baque com a eclosão das revoltas árabes, a partir de 2011. Em meio a série de derrubadas de regimes autoritários na região, diversos grupos islâmicos emergiram como novas forças políticas que poderiam efetivamente alçar-se ao poder, pleiteando um novo modelo político, como no caso da Irmandade Muçulmana (Lynch, 2016). O governo turco percebeu como uma oportunidade o fato de que vários destes grupos olhavam para a Turquia como uma fonte de inspiração, visto que o AKP era exemplo de coabitação entre um partido islâmico e uma burocracia secular estatal (Robins, 2013; Gerges, 2012). Diante disso, o governo AKP, até então pragmático, passou a apoiar diretamente grupos islâmicos que poderiam

eventualmente adotar o “modelo turco” ao chegarem ao poder, buscando, assim, transformar a Turquia em uma espécie de liderança regional via modelo político (Barkey, 2016).

A nova assertividade turca destacou-se na Síria. Inicialmente, o governo AKP buscou pressionar o governo de Bashar al-Assad para que contivesse a escalada de violência e implementasse reformas. Entretanto, já tendo apoiado os movimentos civis na Tunísia e no Egito, o governo turco sinalizava apoio à oposição síria enquanto pressionava Assad. Ainda em julho de 2011, permitiu que o Exército Sírio Livre (ESL), formado por desertores das Forças Armadas, operasse a partir da província turca de Hatay e, em agosto, consentiu com a formação do Conselho Nacional Sírio (CNS) em Istambul, o grupo político formal da oposição (Phillips, 2012).

Somente a partir de setembro que a Turquia rompeu oficialmente as relações com Assad e passou a apoiar diretamente os grupos políticos e a oposição armada síria (Phillips, 2012). Iniciou-se assim, uma nova fase no conflito, na qual o governo turco passou a trabalhar com seus aliados ocidentais e outros países da região, como Arábia Saudita e Catar, para estabelecer uma rede de apoio e suporte aos rebeldes sírios. Recursos militares e financeiros eram enviados até o território turco, dentro do qual haveria uma distribuição encoberta para os grupos de oposição dentro da Síria através das fronteiras da Turquia – por onde também foi facilitada a entrada de pessoas que quisessem lutar no conflito (Cockburn, 2015).

3. Alteração de rumo: a estratégia turca frente ao Estado Islâmico e os curdos sírios

Com o desenrolar do conflito sírio, a política externa turca, entretanto, veio a encontrar limites, criando dificuldades para o país manter-se no rumo de uma pretensa liderança regional. Dois choques externos evidenciariam a incapacidade turca de controlar os resultados na Síria: de um lado, a autonomia e expansão dos curdos no país e, de outro,

a ascensão do Estado Islâmico. O otimismo até então vigente deu espaço a uma estratégia de contenção de danos, cujo objetivo tornou-se, desde então, enfrentar as ameaças compreendidas como tais pelo governo AKP. A mais primordial delas seria a questão curda e, apenas depois, ou pelo menos no mesmo nível, o EI. Tal percepção, entretanto, mais de uma vez colocaria a Turquia em choque com seus aliados da OTAN, que tinham como objetivo principal enfrentar o EI.

De acordo com Lawson (2014), após três anos de conflito, a guerra síria passara por uma “virada etno-sectária”, onde questões étnicas e religiosas passaram a ser politizadas e instrumentalizadas pelos atores envolvidos. Em termos sectários, o autor dá destaque para o crescimento dos grupos extremistas islâmicos, como a al-Nusra e o EI. Em relação às questões étnicas, destacou-se a obtenção de autonomia por parte da população curda no norte da Síria.

Assim como na Turquia, a população curda síria, cerca de 1,5 milhão de habitantes, ou 7% da população total, também teve problemas com o governo central. Depois que o PKK turco foi criado e iniciada a guerrilha na Turquia, o líder do grupo, Öcalan, instalou-se no território sírio, em bases que existiam com a conivência de Hafez al-Assad (Paasche, 2015). Como, à época, os governos da Turquia e da Síria enfrentavam problemas diplomáticos e políticos, Hafez al-Assad permitiu que o PKK ali se instalasse para pressionar o governo em Ancara. Öcalan, entretanto, não poderia defender ideias que pregassem movimentos “pan-curdos” de para não incentivar os curdos na Síria (Paasche, 2015).

Quando, no final dos anos 1990, Öcalan foi expulso da Síria e preso na Turquia, o líder do PKK continuou a produzir escritos da prisão, mantendo uma importante influência sobre os movimentos curdos. Öcalan abandonou a ideia de separar-se territorialmente da Turquia, passando a pregar a ideia do “Confederalismo Democrático” (Paasche, 2015). De acordo com essa ideia, o questionamento territorial do Estado-nação não necessariamente estaria mais em pauta,

mas buscar-se-ia autonomia política para que os curdos pudessem aplicar suas próprias concepções democráticas. Essas incluiriam, em tese, uma estrutura burocrática de maior poder de base – ênfase em democracia direta –, igualdade absoluta de gênero e uma abordagem multiétnica e multi-religiosa (Paasche, 2015). Não apenas o PKK passou a discutir as novas ideias propagadas por Öcalan, como, na Síria, em 2003, fundou-se o Partido da União Democrática (PYD), que compartilhava de vínculos com o PKK (Paasche, 2015). Entretanto, como o “Confederalismo Democrático” representa ainda, na prática, um enfraquecimento dos governos, continuou enfrentando resistências na Turquia e na Síria.

É nesse contexto que a obtenção de autonomia por parte do PYD curdo no norte da Síria deve ser compreendida. A partir do momento em que o governo turco adentrou no conflito sírio ao lado da oposição, o governo Assad, a partir de julho de 2012, optou por retirar suas Forças Armadas do território curdo no norte do país, sabendo que a consequente autonomia dessa população traria problemas e preocupação ao governo AKP. Mais uma vez pressionava-se a Turquia pela causa curda (Stratfor, 2015a).

A partir de então, surgiu uma nova preocupação em termos de como engajar o PYD sírio. Ainda em julho de 2013, Davutoğlu, declarou que o governo turco esperava três coisas em relação ao PYD: que não cooperassem com o regime de Assad, que não formassem uma entidade política com bases étnicas ou religiosas, e que não se engajassem em atividades que colocariam em risco a segurança da fronteira turca (Gunter, 2015). Mesmo assim, em novembro de 2013, o PYD declarou oficialmente sua autonomia na chamada região de Rojava, proclamando, inclusive, uma carta de moldes constitucionais, a qual foi aprovada pela população local em janeiro de 2014. O governo em Ancara não apenas negou-se a reconhecer o movimento, como condenou-o (Gunter, 2015).

A declaração de uma Rojava autônoma pelo PYD baseou-se, na verdade, numa experiência de governança

efetiva desde que as forças de Assad se retiraram da região e no combate que as Unidades de Proteção Popular (YPG), o braço armado do PYD, vinha travando contra grupos radicais islâmicos. Com a retirada de Damasco, o PYD passou a ter de governar e oferecer serviços para uma população de mais de um milhão de pessoas. Nesse sentido, como Paasche (2015) aponta, diferentemente do PKK na Turquia, que nunca conseguiu administrar territórios no país, o PYD passou a ter sua primeira experiência efetiva de implementação do chamado “Confederalismo Democrático”¹. O PYD estabeleceu parlamentos nas cidades dominadas e estabeleceu uma polícia – a Asayish – para além das YPG.

Além disso, o PYD vem enfrentando grupos islâmicos radicais, como a al-Nusra, desde 2013 – o que explica porque os países da OTAN passaram a se apoiar nas unidades curdas sírias contra o EI posteriormente. Já em outubro de 2013, as YPG expulsavam a al-Nusra das áreas ao redor de al-Hasakah e, no mês seguinte, avançavam sobre cidades como Azaz, Jarabulus e Tal Abyad, próximas da fronteira turca (Gunter, 2015). O governo turco, por sua vez, respondeu à declaração de autonomia do PYD via manutenção do apoio à oposição síria, que incluía grupos islâmicos mais radicais que enfrentavam as YPG (Cockburn, 2015).

Entretanto, foi com a ascensão do Estado Islâmico que a situação se agravou para a Turquia. As vitórias do grupo no Iraque e na Síria fizeram com que os países da OTAN, principalmente os Estados Unidos, passassem a traçar uma estratégia contra o EI. Assim, em agosto, Washington montou uma coalizão de países para realizar ataques aéreos contra o grupo para tentar conter seu avanço (Cockburn, 2015).

A Turquia, mesmo sendo parte da OTAN, entretanto negou-se a participar e a ceder sua base aérea em Incirlik,

próxima ao território sírio (Cockburn, 2015). Oficialmente, o governo turco afirmou que não poderia participar porque diplomatas turcos estavam sendo mantidos reféns pelo grupo no Iraque. Entretanto, já em setembro, os reféns foram libertados e mesmo assim a Turquia continuava a não tomar parte na coalizão (Cockburn, 2015).

O EI foi um divisor de águas também para a questão curda na Síria, visto que Washington passara a privilegiar o combate ao grupo, mas não estava disposto a enviar forças terrestres convencionais para combatê-lo diretamente. Assim, os Estados Unidos perceberam nas YPG, que também enfrentavam o EI, um aliado em potencial, que logo se transformou em uma das forças terrestres mais efetivas no combate ao grupo (Cockburn, 2015). Para o governo turco, entretanto, concretizava-se um de seus grandes temores: os curdos na Síria demonstravam sua força e, assim, recebiam apoio político e material de Washington.

O novo foco dos aliados ocidentais da Turquia sobre o EI, somado com a expansão do PYD na Síria e sua parceria com Washington, fez com que o governo em Ancara perdesse a capacidade de pautar uma agenda regional, passando a adotar uma postura mais defensiva e ambígua frente à OTAN. Ficava claro a crescente divergência entre os aliados em relação à principal ameaça a ser combatida na Síria, o que gerou grande tensionamento na relação entre Turquia e os membros da OTAN.

A situação mudou somente em julho de 2015, quando a Turquia assumiu uma nova estratégia: enfrentar abertamente o que concebia como suas duas ameaças – o PKK e o EI. Tal mudança, entretanto, parece não ter sido fruto direto da tensão com o Ocidente, mas sim de uma dura derrota sofrida pelo governo AKP nas eleições domésticas em

¹ A questão das ligações entre PKK e o PYD são importantes, sobretudo para a Turquia. Paasche (2015) demonstra que, de fato, ambos os grupos compartilham de um entendimento político similar e que, além disso, as YPG foram treinadas pelo PKK nas montanhas de Qandil, no Iraque. Entretanto, ambos não são a mesma entidade. O PYD, ao governar uma área etnicamente heterogênea, onde existe um parlamento, seria muito mais

pragmático e menos resoluto em apoiar o uso da força por parte do PKK contra Ancara. Essa visão, entretanto, não é compartilhada pelo governo turco.

junho (Yavuz; Öscan, 2015). Pela primeira vez desde que chegara ao poder, o governo AKP perdeu maioria no parlamento, conseguindo apenas 40,9% dos votos totais, o que levou a 258 assentos de um total de 550 – menos da metade. Além disso, o partido ligado ao movimento curdo turco pela primeira vez conseguiu passar da barreira de 10% de votos necessários para entrar no parlamento: o HDP (Partido Democrático dos Povos) recebeu 13,1% dos votos, conquistando 80 assentos no parlamento (Yavuz; Öscan, 2015). Para Erdoğan e o AKP, a eleição representou uma derrota significativa; não apenas os curdos na Síria haviam pleiteado um espaço na luta contra o EI, como o partido curdo turco chegara ao parlamento na Turquia.

Um governo de coalizão foi negado por parte do AKP e novas eleições foram convocadas para novembro. Para vencer o novo pleito, o governo optou por uma nova estratégia, mais nacionalista e assertiva: colocou-se definitivamente contra o EI, mas também retomou o combate ao PKK dentro do país, este cada vez mais alardeado pelo governo como ameaça (Yavuz; Öscan, 2015). A Turquia também cedeu aos Estados Unidos, juntando-se à coalizão contra o EI, permitindo o uso da base aérea em Incirlik e também iniciando ataques aéreos na Síria. Paralelamente, decretou o fim do cessar-fogo que tinha sido estabelecido com o PKK desde 2013, retomando a guerra contra o grupo. Consciente de que os Estados Unidos precisavam do apoio turco na luta contra o EI, Ancara adentrou no embate ao mesmo tempo em que afirmava que a luta contra o PKK era parte do esforço antiterrorista geral (Stratfor, 2015a).

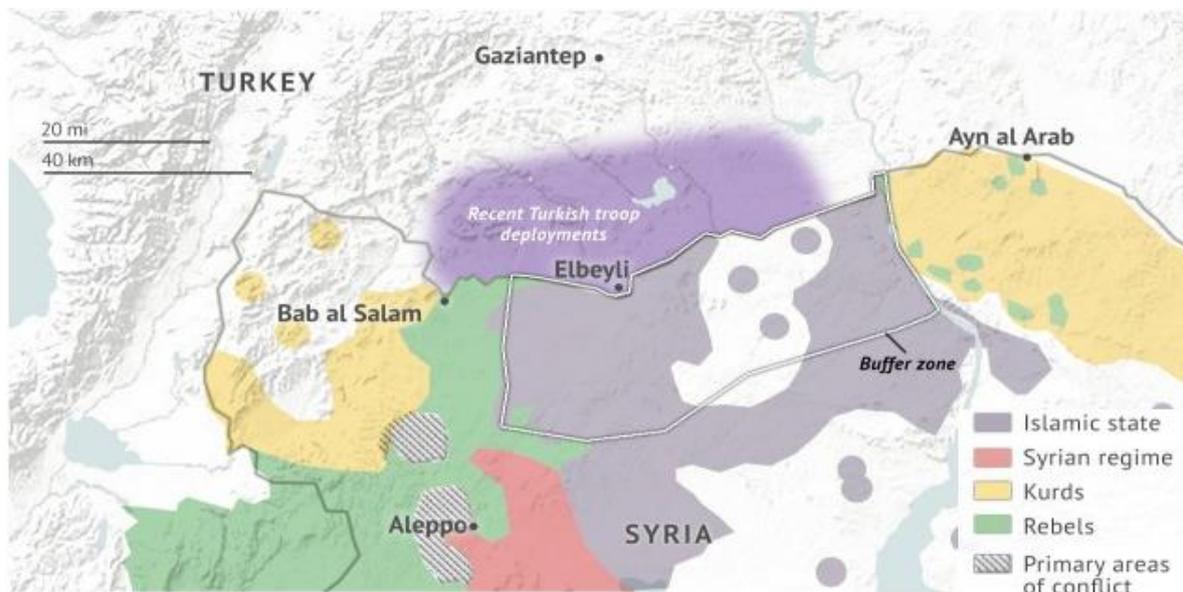
Domesticamente, desde 2014 o PKK já reiniciara alguns atentados contra alvos policiais. O HDP, entretanto, foi reticente e recusou-se a repudiar veementemente as ações violentas do PKK (Yavuz; Öscan, 2015). Paralelamente, atentados perpetrados pelo EI ocorreram em Suruç e Ancara, em julho e outubro de 2015, aumentando o clima de insegurança. O governo AKP alardeava a piora na situação do país, culpando principalmente o HDP por não conseguir controlar o PKK, pintando-o como “braço político do

terrorismo” (Yavuz; Öscan, 2015). Quando as eleições de novembro de 2015 ocorreram, votos de grupos nacionalistas, que antes votavam no MHP (Partido de Ação Nacionalista), migraram para o AKP, bem como votos de grupos liberais e de esquerda que, tendo antes votado no HDP, passaram a desconfiar de sua ligação com o PKK. Como resultado, o AKP obteve 49,49% dos votos, 317 assentos no parlamento – obtendo de novo a maioria –, enquanto o HDP caiu para apenas 10,75% dos votos, agora com 59 assentos (Yavuz; Öscan, 2015).

A nova estratégia da Turquia, entretanto, não alterou o fato de que Ancara seguiu percebendo os curdos como sua principal ameaça. Foi em relação à percepção de expansão curda que o governo turco pleiteou a proposta de implementar uma “zona tampão” na Síria, e foi à avanços significativos do PYD neste território, em 2016, que a Turquia respondeu com sua primeira intervenção militar terrestre direta em solo sírio.

Em relação à proposta da zona tampão, o governo turco a propôs quando se juntou à coalizão. O objetivo seria traçar uma região 40km para dentro da Síria, a partir da fronteira turca, a fim de agrupar a oposição contra Assad e onde refugiados poderiam ser reassentados. A despeito da explicação oficial, a escolha do traçado da zona mostra que essa também serviria para conter a expansão curda: a presença de forças turcas entre as duas regiões controladas pelo PYD seria um empecilho concreto para uma região curda unificada (Figura 1).

Figura 1



Fonte 1 Stratfor, 2015b.

O plano turco, entretanto, não recebeu apoio entusiasmado da OTAN, visto que essa também teria que tomar parte na aplicação da zona aérea, o que poderia ser visto como uma ação unilateral. Além disso, em setembro de 2015, o governo russo, aliado de Assad, iniciou ataques aéreos na Síria, o que poderia significar um envolvimento da OTAN em uma escalada de tensões com a Rússia caso a zona fosse implementada.

A despeito disso, o governo turco manteve sua estratégia e, em 24 de agosto de 2016, realizou sua primeira intervenção militar terrestre direta na Síria, em resposta aos avanços do PYD nesse território, a chamada Operação Escudo do Eufrates. Utilizando forças especiais e veículos blindados e com a ajuda de unidades do Exército Sírio Livre (ESL), o governo turco expulsou da cidade síria de Jarabulus, na fronteira da Turquia, forças do EI. Com a operação militar, o grupo radical islâmico perdeu a última cidade que ainda estava sob seu controle ao longo da fronteira turca. Entretanto, mais uma vez, a estratégia de combate ao EI empregada pela Turquia estava diretamente ligada à sua

estratégia frente ao PYD. Jarabulus estava dominada pelo EI fazia muito tempo, mas a Operação Escudo do Eufrates ocorreu somente depois do PYD atravessar o Rio Eufrates e tomar a cidade síria de Manbij, duas semanas antes, distante menos de 40km de Jarabulus (Dicle, 2016; Gurcan, 2016).

A presença do PYD para Leste do Eufrates era o que o governo AKP considerava sua “linha vermelha” a não ser atravessada pelos curdos sírios. Nesse sentido, a Operação Escudo do Eufrates foi declaradamente uma intervenção militar não apenas para expulsar o EI da fronteira turca, mas também para enviar um sinal às unidades curdas de que sua expansão não seria permitida pelo governo em Ancara. Nas palavras do Ministro de Relações Exteriores turco, Mevlüt Çavuşoğlu, “Nosso objetivo é expulsar o Daesh [EI] da nossa fronteira. Mas as forças das YPG [...] devem se retirar para o Leste do Rio Eufrates. Se não o fizerem, a Turquia fará o que for preciso” (Gurcan, 2016, online, tradução nossa).

4. Considerações Finais

Diante da eclosão das revoltas árabes em 2011, a Turquia passou por uma inflexão em sua política externa, adotando uma postura que a consolidou como um dos mais importantes atores no Oriente Médio. A doutrina pragmática de Zero Problemas com Vizinhos foi sendo substituída por uma assertividade maior, sobretudo na Síria, e Ancara tentou capitanear os movimentos regionais como uma espécie de liderança ascendente. Entretanto, sua estratégia enfrentou problemas que atestaram seus limites: a expansão curda na Síria e a ascensão do EI. Diante desses dois desafios, o governo AKP acabou perdendo a capacidade de definição de agenda como tivera anteriormente, optando por uma nova postura de contenção de danos, privilegiando enfrentar os grupos que considerava como ameaça.

Nesse contexto, entretanto, o governo turco percebia como ameaça imediata a expansão das unidades curdas autônomas da Síria, representadas pelo PYD, dado seus laços com o PKK. Por isso, sua prioridade tornou-se responder aos avanços do PYD, o que, diante da ascensão do

EI, fez com que a Turquia tivesse uma postura ambígua frente ao grupo radical islâmico. Essa postura turca pouco colaborativa em relação ao que a OTAN esperava acabou gerando grandes tensões na relação da Turquia com seus aliados.

A estratégia que a Turquia adotou frente ao seu desafio duplo foi de engajar-se numa guerra contra dois inimigos simultaneamente: o EI e o PKK. Portanto, juntou-se à coalizão, ainda que tardiamente, na medida em que o conflito civil interno com os curdos se reiniciou no país. A nova postura foi motivada pela derrota do AKP nas eleições em junho de 2015, que fez com que o partido passasse a adotar uma agenda mais nacionalista e assertiva.

Percebe-se, assim, que a despeito de ter iniciado uma estratégia regional que buscava colocar-se como liderança no Oriente Médio a partir da eclosão das revoltas árabes, progressivamente a política externa turca passou a focar-se na questão curda, envolvendo a relação PYD-PKK. Majoritariamente, ações e avanços curdos levaram a reações turcas, que passaram a pautar a agenda externa do país.

BIBLIOGRAFIA

Ahmad Feroz (1993). *The Making of Modern Turkey*, Londres, Routledge Press.

Ahmet Davutoğlu (2008). *Turkey's Foreign Policy Vision: An Assessment of 2007*. *Insight Turkey*, vol. 10, n. 1, 77-96.

Ahmet T. Kuru (2012). *The Rise and Fall of Military Tutelage in Turkey: Fears of Islamism, Kurdism, and Communism*. *Insight Turkey*, v. 14, n. 2, 37-57.

Amed Dicle (2016). *Will Turkey's Jarablus win lead to showdown with Kurds? (Online)*. *Al-Monitor*. Disponível em <http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2016/08/turkey-syria-jarablus-main-target-kurds-isis.html> (acesso em 19/10/2016).

Bill Park (2015). *Turkey's isolated stance: an ally no more, or just the usual turbulence?* *International Affairs*, v. 91, n. 3, 581-600.

Christopher Phillips (2012). *Into the Quagmire: Turkey's Frustrated Syria Policy (Online)*. *Chatham House Briefing Paper*. Disponível em <https://www.chathamhouse.org/publications/papers/view/188137> (acesso em 18/10/2016).

Fawaz Gerges (2012). *Obama and the Middle East: the end of America's moment?*, Nova York, Palgrave Macmillan, 2012.

Fred H Lawson (2014). *Syria's mutating civil war and its impact on Turkey, Iraq and Iran*. *International Affairs*, v. 90, n. 6, 1351-1365.

Graham Fuller (2008) *The New Turkish Republic: Turkey as a Pivotal State in the Muslim World*, Washington, US Institute of Peace.

Henri J Barkey (2016). *Erdogan's Foreign Policy Is in Ruins (Online)*. *Foreign Policy*. Disponível em: <http://foreignpolicy.com/2016/02/04/erdogans-foreign-policy-is-in-ruins/> (acesso em 20/10/2016).

Henri J. Barkey; Graham E. Fuller (1998). *Turkey's Kurdish Question*, Lanham, Rowman & Littlefield Publishers, Inc.

M. Hakan Yavuz; Nihat Ali Özcan (2015). *Turkish Democracy and the Kurdish Question*. *Middle East Policy*, v. XXII, n. 4, inverno de 2015, 73-87.

Marc Lynch (2016). *The New Arab Wars: Uprisings and Anarchy in the Middle East*, Nova York, PublicAffairs.

Metin Gurcan (2016). *What's Turkey really up to in Syria? (Online)*. *Al-Monitor*. Disponível em <http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2016/08/turkey-syria-euphrates-operation-possible-outcomes.html> (acesso em 20/10/2016).

Michael M Gunter (2015). *Iraq, Syria, ISIS and the Kurds: Geostrategic Concerns for the U.S. and Turkey*. *Middle East Policy*, v. XXII, n. 1, 102-111.

Patrick Cockburn (2015). *The Rise of Islamic State: ISIS and the new Sunni revolution*. Londres, Verso.

Philip Robins, 2013. *Turkey's "double gravity" predicament: the foreign policy of a newly activist power*. *International Affairs*, v. 89, n. 2, 381-397.

Samuel Huntington (1996). O Choque de Civilizações, Rio de Janeiro, Ponto de Leitura.

Stephen Kinzer (2008). Crescent and Star: Turkey Between Two Worlds, Nova York, Farrar, Straus e Giroux.

Stratfor (2015a). An Invigorated Turkey Lashes Out (Online). Stratfor Geopolitical Diary. Disponível em: <https://www.stratfor.com/geopolitical-diary/invigorated-turkey-lashes-out> (acesso em 21/10/2016).

_____ (2015b). *Analytical Guidance: Turkey Intensifies Its Role in Syria (Online). Stratfor Analysis, 25 de julho de 2015(b). Disponível em: <<https://www.stratfor.com/analysis/analytical-guidance-turkey-intensifies-its-role-syria>>.*

Till F. Paasche, 2015. Syrian and Iraqi Kurds: Conflict and Cooperation. Middle East Policy, v. XXII, n. 1, primavera de 77-88.

William L. Cleveland; Martin Button (2009). A History of the Modern Middle East, Boulder, Westview Press.